



RESIDÊNCIA PEDIÁTRICA

EDITORIAL

O pediatra, a criança e o meio ambiente

The Pediatrician, the child and the environment

Eduardo da Silva Vaz

É com satisfação que a SBP dirige esta nova publicação aos jovens profissionais, abrindo espaço para a reflexão acerca de temas tão importantes quanto atuais. Neste Suplemento, **Residência Pediátrica** traz ao debate a influência do equilíbrio ambiental para a saúde de crianças e adolescentes.

Inicialmente, vamos lembrar a definição presente no inciso I, do Art. 3º, da Lei Federal nº 6.938/81, segundo a qual o meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Pensar suas relações com a saúde de crianças e adolescentes significa, no entanto, ampliar nossas preocupações. Começemos por incluir aqui a decisiva influência das questões psicossociais.

É sabido que o crescimento e desenvolvimento do cérebro é muito intenso desde a concepção e até os seis anos de idade. A formação e maturação dos neurônios, bem como a interligação proporcionada pelas sinapses, está intimamente ligada às experiências vividas pelo feto, pelo recém-nascido e pela criança. Os estímulos recebidos pelo novo ser humano, a relação afetiva entre o bebê, a mãe, o pai, a interação com o meio familiar e com o entorno condicionam, pois, sua saúde física, mental e qualidade de vida. O pediatra, que acompanha seu paciente desde o nascimento, precisa estar atento ao vínculo estabelecido, bem como às condições do ambiente que cercam aquela criança, ciente de seu papel educativo e de prevenção em saúde.

Hoje, o Brasil convive com as três questões mais preocupantes em Saúde Pública: as doenças infecto-contagiosas; as “causas externas”, representadas pelos acidentes e pela violência; e as doenças crônicas não-transmissíveis.

No caso das doenças infecto-contagiosas, vamos nos deter aqui em duas delas – a Dengue e a Malária. A primeira se tornou endêmica, com episódios epidêmicos que comprometem, principalmente, as crianças. Somente será erradicada quando obtivermos melhores condições sanitárias e de educação para toda a coletividade. A segunda, importante especialmente na Região Norte, além de diminuir a qualidade de vida de todos, leva, frequentemente, a população pediátrica ao óbito.

As chamadas “causas externas” são as principais responsáveis pelas internações e mortes de crianças e adolescentes a partir de um ano, alcançando, entre os jovens de 15 e 19 anos, o alarmante registro de 79% dos óbitos.

Quanto às doenças crônicas não-transmissíveis, que também ocupam lugar de destaque na epidemiologia, são fortes as evidências científicas de que algumas têm início na infância, como é o caso da doença coronariana, da obesidade, do diabetes e da doença inflamatória intestinal, por exemplo. E há que se considerar aí também a influência do ambiente físico, químico, biológico, psicológico e social, com destaque para os hábitos adquiridos na infância.

É importante salientar ainda a importância da poluição ambiental e a grande incidência das doenças respiratórias na primeira fase da vida. Em relação ao seu peso corporal, a criança consome mais alimentos, água e ar que os adultos. Por isso mesmo, está mais exposta à poeira e às substâncias tóxicas que nela se acumulam. Por causa da imaturidade de seu organismo, é também menos capaz de resistir às toxinas ou eliminá-las.

Para a SBP, urge que nos debruçemos não apenas sobre as causas de morbidade da população pediátrica gerada pelas alterações desordenadas do meio ambiente, como também sobre o papel que cada um de nós pode desempenhar para mudar esta realidade. É certo que os residentes, jovens pediatras de hoje e de amanhã, muito terão a contribuir. É preciso garantir o direito das crianças a um planeta limpo e saudável.

Ainda é tempo!